

ENTREVISTA

RIO SÃO FRANCISCO: VERDADES E MENTIRAS SOBRE A TRANSPOSIÇÃO

*"Quando cessa o entendimento e a razão,
a loucura fala mais alto...
uma maneira extrema (de) entender pelo coração
aquilo que a razão não alcança"*
(Bispo Frei Luiz Flávio Cappio, grevista em Cabrobó/PE)

Já faz tempo que o assunto da transposição do Velho Chico, longe de esvaziar, vai para enchente. E entra em correntezas contrapostas: campanhas dos povos em luta pela sobrevivência, de um lado, e campanhas eleitorais e empresariais, do outro. Transpor-se-iam águas podres? Ou pobres? De Minas Gerais, passando por Bahia e Pernambuco, até chegar em Sergipe e Alagoas, minorias defendem seus recursos hídricos acima de toda necessidade das populações que requerem (e requererão cada vez mais energicamente) o atendimento do problema da seca (sede) e da fome (produção de alimentos). Diante da pororoca de pastorais sociais, padrinhagens políticas e currais eleitorais, o franciscano bispo Luiz fez emergir poderes convocatórios.

As maiorias camponesas, sem e com terra, urgem a disponibilidade de água para autosustentação social e financeira, imenso poder da Água fonte de vida de todos. Sem dúvida que cabe tal urgência entre sistemas de negócio conflitantes com arranjos vitais e uma irrigação improvisadamente inventada e imposta aos usuários. Quais forças terão condição de operá-los e/ou mantê-los? Porque estas tarefas de sustentabilidade quase sempre ficam para quem planejou o sistema no lugar dos interessados. Tais sistemas de uso majoritário, porém, não carregam as características de proposta dos produtores pequenos, da digna e cidadã sobrevivência popular?

Em contraposição a essa maré, nem tão mansa como parece (e a mídia se esforça em fazer aparecer), a sede de lucros fáceis vem agitando a concorrência de empreiteiras de infra-estruturas – barragens, canais, estações elevatórias, canteiros de obras geralmente superdimensionados, superfaturados, repartidos como um dos maiores e propagandeados bolos. Estes e semelhantes problemas de outros tantos povos ribeirinhos vêm acumulando-se. É flagrante a contradição frente à administração-operação dos recursos hídricos na iminente acumulação do conflito sócio-hídrico. Até quando, por exemplo, a Agência Nacional das Águas (ANA) continuará “engatinhando”? Quais atores a porão em pé e farão caminhar?

Como é que, nestas condições, acorçada, tal Agência monta um plano em si tão complexo como a transposição, apenas entre “sim” ou “não”? Dada tal complexidade, ela está respondendo pelo cálculo do custo e pelo tempo que levará a execução total do projeto? A decisão passou pelos níveis de

viabilidade e pre-viabilidade requeridos para cada fase? Infelizmente, tais erros e/ou omissões, longe de serem minimizados sob testes prévios, arriscam maximizar-se em confrontos de tamanho imprevisível ao longo da implementação executiva.

Participantes na Campanha da Fraternidade (CF) 2005 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sobretudo em suas Regionais do Nordeste, salientaram justamente as prioridades de fato para o uso e/ou “outorgas e concessões” da água. Questões polêmicas não faltam: estariam já as águas do rio São Francisco comprometidas na geração de energia, sobrando muito pouco para fins humanitários e/ou de irrigação? Cadê a almejada administração federal de um recurso que, por sua escassez, seria mais valioso que o petróleo, e que, de não se resolver implicaria o caos inevitável?

Foi esse o pano de fundo da entrevista que Manuel Andrés Mato, do CEAS, realizou com Carlos Medina Medrano (Nonone), peruano radicado na Boa Viagem, em Recife (PE), engenheiro agrícola especialista em Planejamento Rural, Irrigação e Drenagem com doutorado em Engenharia Agrícola na Inglaterra e uma experiência de 25 anos na Direção Geral de Águas-Perú, no Plano Nacional de Reabilitação de Terras Costeiras e no Plano Piloto de Manejo dos Recursos (Água-Solo-Planta-Clima-Fertilidade) dos Andes peruanos.

* * *

CEAS: Como leitor atento das matérias que vieram aparecendo sobre a tal transposição ou não do rio São Francisco, defina-nos a problemática de base.

Carlos Medina Medrano: A problemática se define bem no lema da CF-2005 “Água fonte de vida”. Esse foi o ponto radical das colocações que fiz na palestra que me foi pedida por dom Marcelo Cavaleira [arcebispo da Paraíba] no lançamento dessa CF, na Regional NE II. Minhas questões partiram de algo que muitos sabem mas poucos tomam tão a peito, ou nem pensam em levar à prática. Sabemos, em geral, que a água doce no planeta é pouca: 2,70% (97,30% é salgada). Dentro disso, os rios respondem por mínimos 0,01%, contra 77,20% das geleiras polares. Contrastando com tais mínimos, temos no Brasil o máximo de água doce fluvial: só o rio Amazonas, com uma vazão média de 175.000 m³/s, representa 18% (quase 1/5) do total mundial. Para comparar: 65 rios do mundo levam 42%, quase a metade da vazão mundial.

É importante observar alguns fatos: (1) a distribuição da água não é apenas irregular *no espaço* mas também *no tempo*; (2) embora o volume de água disponível possa ser (em termos médios) largamente suficiente para cobrir as *necessidades de consumo*, é preciso levar em consideração as longas

estiagens, em que há carência de água, ao mesmo tempo em que ocorrem *cheias* com escoamento de grandes quantidades de água que ou são *desperdiçadas* no mar, junto com seus sedimentos e sólidos em suspensão que podem enriquecer os solos, ou provocam uma série de *prejuízos* com as inundações etc. De todo modo, enfatizamos que 26,74% da vazão de escoamento mundial estão na América do Sul, especialmente no Brasil, um dos países *mais favorecidos* em água e terra do mundo. Essa informação, relativamente conhecida, abre um tema que merecerá comentários a partir de práticas não menos evidentes.

CEAS: Tal favorecimento vem mais no sentido de graça ou de desgraça? Porque parece que você capta paradoxos, contradições...

Medrano: Talvez o paradoxo do Brasil enquanto esperança do mundo. As contradições partem da distribuição e da disputa de recursos, evidentemente tensas. Por exemplo, entre as Águas Subterrâneas (22,40% do total de água doce e salgada), 70% são reservas localizadas a profundidades superiores a 750 metros, portanto, de utilização muito difícil, logo, antieconômica. Como antieconômicas são também tanto a enchente como a seca, igualmente predominantes no Brasil e na América Latina.

CEAS: E qual é a preocupação, do Brasil como do resto do mundo, frente a tais formas de graça desgraçante?

Medrano: Essa questão avança longe demais na linha dos Usos (necessidades) e Abusos de Água, tanto atuais como futuros. Em geral, a utilização atual e futura de água gira em quatro órbitas: *Abastecimento Doméstico, Agricultura, Indústria e Produção de Energia*. Ora, os volumes necessários para satisfazer os requerimentos de água para *Usos Domésticos* são pequenos quando comparados em termos globais com as disponibilidades. As dificuldades em escala regional e local resultam dos elevados custos para instalar sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas servidas. Já a *Agricultura* é a *maior utilizadora de água*, sendo a *irrigação* responsável por cerca de 80% do consumo mundial. É que as utilizações de água na agricultura que não se relacionam com irrigação correspondem a consumos relativamente pequenos. Assim, o consumo de água na *pecuária* é estimado em 69 km³/ano (com 1.700 milhões de cabeças de gado e uma dotação per capita de 100 litros/dia). Em seu “Relatório especial: a crise global de água – crise de irrigação ameaça abastecimento de alimentos” (publicado em **The Ottawa Citizen**, Ottawa, 15 de agosto de 2001), Philip Lee afirma textualmente que (1) em nenhuma parte do mundo a escassez de água é mais sentida que nas regiões com agricultura irrigada, as quais consomem 70% de toda água corrente do planeta e (2) embora só 18% da terra cultivada sejam irrigadas, aproximadamente 40% da produção mundial são coletadas da terra irrigada. Outra base de paradoxos.

CEAS: Ou seja, a agricultura irrigada é preocupante, tanto pelo fornecimento de alimentos como pelo lado da água aí investida. Pelo sistema no seu

conjunto...

Medrano: Sistema que agora está em perigo, porque, com sede e com fome, mal se sustenta o *ser vivo* – essa é a preocupação mundial. O Canadá é ainda um ator relativamente pequeno no negócio de agricultura irrigada, sendo os Estados Unidos, a China, a Índia e o Paquistão os que contam *com mais da metade da terra irrigada do mundo*. Vejamos mais dois contrastes engrenados nessa relação. Primeiro, *60% da área cultivada do mundo têm problemas de drenagem em graus diversos*, que se pode chamar encharcamento da superfície, ou então com água de sobra próxima da superfície, a menos de um metro. Segundo, *30% dessa área cultivada está afetada com graus diversos de problemas de salinidade*, quando essa água fica, mesmo invisível, a cerca de 50 cm sob a superfície. Todos os problemas desse tipo podem e devem ser resolvidos e controlados oportunamente. Não se faz. Geralmente por desconhecimento.

CEAS: Desconhecimento de quem? Do agricultor, dos assentados, por exemplo? Ou dos técnicos, dos financiadores, do Estado?

Medrano: A irrigação deve ser tratada com maior rigor tecnológico e maior eficiência, envolvendo uma nova filosofia para elaborar e implantar projetos com estes propósitos, filosofia que tem, em outras realidades, demonstrado sucesso real na consecução dos objetivos socioeconômico, técnico e ambiental que justificou a necessidade da irrigação. Coisas que certamente exigem *envolvimento dos usuários nas decisões pertinentes*. É comum ver como as decisões sobre tais infra-estruturas, destinadas aparentemente a beneficiar a população, geralmente são tomadas com uma visão predominantemente dos técnicos ou políticos, esperando que os supostos beneficiários destas obras e/ou equipamentos as preservem, fato que em geral termina sendo inviável porque, pela complexidade envolvida, nem sempre os próprios técnicos têm clareza plena da suas decisões, muito menos clareza ou motivação terá um “usuário” que não participou para nada na elaboração da idéia, do projeto ou da implantação desta.

Sem isso, mal garantiremos, com poderes outros, o cultivo responsável, com auto-sustentabilidade plena. Geralmente, a irrigação pública, oficial, é focalizada, de um lado, como uma mera atividade de venda de equipamentos e implantação de obras exageradamente lucrativas (para quem as implanta, claro), enquanto, de outro, esse poder avança com a visão caolha da mera sobrevivência da maioria produtora. Estas políticas são impostas para serem usadas por produtores minimizados, despreparados, desavisados. Fato que não só não muda a estrutura das relações econômicas do produtor (os falados “pequeno produtor”, “agricultura familiar” etc.) mas terminam gerando problemas de drenagem, salinidade, grave agressão ao meio ambiente natural e social etc. E ainda gera, contraditoriamente, *a rejeição geral da irrigação*.

CEAS: Ou seja, de um extremo ruim (a “revolução verde”, por exemplo)

vamos cair em outro pior.

Medrano: Exato, no extremo de “cuidado com a irrigação” que ela “estraga os solos” ou no abandono de todo tipo de agricultura irrigada. E isso logo após 2, 4 ou 15 anos (a depender dos casos) de experiências frustrantes, por ignorância ou interesses imediatos, quando a agricultura irrigada é técnica e mundialmente considerada como uma atividade estratégica para o desenvolvimento dos países. É preocupante, no Brasil atual, o extremo embalo atrás de perímetros irrigados, tanto como o empantanamento, em muitos casos patético, com os problemas do lado das citadas drenagens e salinidades, da geral auto-(in)sustentação. Assim, quando não corrigida oportunamente, a degradação das terras avança de tal forma que gera a típica sensação de que a medicina resultou pior que a doença. A gravidade do problema é que, com o transcurso do tempo após a implantação da obra, o produtor é o único que enfrenta a frustração por ter uma produtividade cada dia mais pobre e só passa tardiamente a evidenciar o problema quando a magnitude da área afetada tomou dimensões significativas ou quando a produtividade chegou a anular-se por completo. Porém, mesmo quando a reabilitação destas terras é rápida (não mais que três anos) e mais barata, opta-se por implantar uma obra nova de irrigação, geralmente muito mais cara.

CEAS: Parece que assentamentos de parceiros e também de sem terra entram nesse vai-volta de experiências atropeladas. Qual e de quem seria a causa?

Medrano: Nesse sentido eu insisto no desconhecimento técnico. Todavia, junto com isso, vai a *imposição* política de projetos oficiais, o lucro econômico fácil na venda de implementos, até com envolvimento de consultores de órgãos mais ou menos governamentais etc. Mas isso nos levaria longe. Avancemos por passos. Muito mais flexível e adaptável às disponibilidades que, no caso da agricultura ou de uso doméstico, é a *necessidade de água para a indústria*. O crescimento relativo do consumo de água industrial será cada vez menor tanto quanto mais a progressiva escassez de água forçar o recurso às tecnologias industriais que limitem o consumo hídrico. *Poluição* crescente é já um alerta imenso, regional e mundial. Temos, finalmente, o consumo de água na *Produção da Energia Hidroelétrica*, que deve ser avaliado. Qualquer avaliação tem como base o potencial hidroelétrico. Para calculá-lo, a fórmula é de aproveitamento hidroelétrico, que deriva de duas condições: água em abundância versus desnível entre a barragem e as máquinas (turbinas). Se analisarmos o rio São Francisco, o primeiro fator prevalece. No Brasil, cerca de 90% da energia gerada é através de hidroelétricas como consequência de seu *“elevado e rico potencial hidráulico”*.

CEAS: Parece ser esse o outro lado da seca. Nesse sentido, como você avalia os projetos hidroelétricos no São Francisco?

Medrano: Avalio a maioria desses projetos que a gente visitou a partir dos

citados quatro usos da água. Todos eles, em geral da Companhia HidroElétrica do São Francisco (CHESF), concentram-se apenas na produção de energia elétrica. Até cinco anos atrás, a única barragem que tinha previsto usar irrigação era a do Xingó. O que precisa repetir-se aqui é que, para gerar energia elétrica, concorrem os citados dois fatores, água em vazão e desnível: 100 kw de energia, por exemplo, tanto são gerados com 50 litros/segundo de vazão x 2 metros de desnível como com 20 litros de vazão x 5 metros do desnível. Conjugam-se mais tais fatores, no caso do São Francisco, a favor da primeira multiplicação do que da segunda. Simples modelo do enorme crescimento da energia hidroelétrica no Brasil, por conta do reconhecido potencial hidráulico. De modo que tal facilidade explica que, neste país, cerca de 90% da energia gerada é tal potencial “ativado” pelas hidroelétricas.

CEAS: Concentração exagerada das águas, em geral, nesse ab-uso. Onde resulta notável e digno de comentário o citado uso diversificado no caso da Barragem de Xingó.

Medrano: Sim, tive ocasião de visitar, em 1996, o projeto de irrigação conexo, acho que de Jacarecica, em Sergipe, e que beneficiaria umas cinco mil famílias assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) captando água da mesma Barragem da CHESF. Associarem-se nesse caso hidroelétrica com irrigação resultou-me uma tão *singular* como *interessante* experiência. E a isso poderemos voltar em outro momento. Focalizo agora os abusos definindo a seguinte questão: *propriedade das águas em condições de escassez*. Tanto a ANA como a Constituição definem quase textualmente os princípios universais: *as águas*, interiores e exteriores (marítimas), sem exceção alguma, *são de propriedade da nação*, e seu domínio é inalienável e imprescritível. Não há *propriedade privada* das águas nem direitos adquiridos sobre elas.

Claro, nítido, este princípio. Mas ele – e as águas como bem comum e de utilidade pública – se confrontam com a prática. E justamente na prática e no fato da *propriedade privada, exclusiva e absoluta da terra*. As águas passam por aí ou não? Quem se apropria dessa terra, apropria-se das águas. Confronto em que se arrasta juntamente o elemento indissociável da estrutura de produção agrícola, para a essencial produção de alimentos. Sendo a água o fator principal de produção agrícola, ela nos leva à conclusão fundamental: *“Com sede não existe vida, sem água não existe produção de alimentos, o ser vivo morre de fome”*. Portanto, *a água é fonte de vida porque satisfaz a sede e a fome*.

A *Conferência de Água das Nações Unidas* especifica entre suas recomendações em relação ao problema das secas que os países-membro devem *“encarar a transferência das águas das regiões com excesso de águas para onde há secas”* (cf. **Report of The United Nations Water Conferences**, Mar Del Plata/Nova York, 1977, p. 68). Contraditoriamente, é curioso observar a oposição explícita à transposição do São Francisco. Por que a água

transposta seria destinada à “irrigação” com o argumento do São Francisco estar “agonizando”, teríamos que perguntarmos: agonizando de quê, de falta de água? desde quando o São Francisco começou a agonizar? como consequência de quê? Por outro lado, também deveríamos perguntar o motivo da oposição aberta à *irrigação*, quando sabemos que essa água teria como uso prioritário matar a sede e atender à produção impactante de alimentos típica da agricultura irrigada bem planejada (isto é, sem agressão ao meio ambiente), permitindo o mais fundamental: matar a fome. Ou será que se sabe a priori quem serão os donos das terras irrigáveis e os verdadeiros impactos e benefícios sociais (coletivos) de tais investimentos?

CEAS: Você reencontra e refunda, em extrapolada e radical progressão, o lema da CF (água fonte de vida) no meio desse arrastão da propriedade coletiva, envolvendo terra e águas.

Medrano: Sendo as águas o *motor* de origem desse processo – natural e cada vez mais histórico – porque sempre mais *acelerado pelas políticas dominantes*, em particular pela agricultura, pela urbanização, pela construção de vias de comunicação. Isso aponta para a alertada atenção a um elevado número de efeitos nocivos em cadeia de importância *econômica, social, ambiental*. Atenção é a alma da disciplina mundial “relação-água-solo-planta-clima-fertilidade”: mas cadê o ser humano? A foto da CF 2004, reproduzida abaixo, é realmente expressiva da problemática total dessa disciplina que cultivo! Onde interfere, e fere, a falha dos “especialistas em conservação” dos recursos naturais por não gerar incentivos realistas ao ser humano! Os usos, justificados e racionais, das águas são aleatórios e encontram-se *condicionados* às disponibilidades desse recurso e às necessidades reais, segundo os *objetivos e objetos a que se destinam*. Devendo “outorgar-se” seu uso em harmonia com o *interesse social e o desenvolvimento do país*. Em condições de *escassez* é que urge, cada vez mais internacionalmente, a supracitada ordem de preferência no uso das águas: 1º) Para as necessidades primárias e abastecimento das populações; 2º) Para a criação e exploração de animais; 3º) Para a agricultura; 4º) Para usos energéticos, industriais e de mineração; 5º) Para outros usos. Segundo as leis de cada país, Estado, Nação, poderá variar a ordem preferencial dos itens 3, 4 e 5.



Fonte: www.cf.org.br

CEAS: Mas não muda a prioridade de 1 e 2...

Medrano: Muda não. Pelo menos não deveria, embora, de fato, em muitos países – e o Brasil é um deles – as prioridades se trocam, até ficar por último o *uso pelo e para o ser humano*. Quando qualquer mudança deveria dar-se em função dos seguintes critérios básicos: características das bacias ou sistemas, política hidráulica, planos de reforma agrária, usos de maior interesse social e público e usos de maior interesse econômico. É dentro desse amplo horizonte definido que os usos das águas serão outorgados, e isso mediante permissão, autorização e licenças. As permissões serão outorgadas pela Autoridade da jurisdição, superditadas à eventual disponibilidade das águas e, no caso de uso de água para agricultura, condicionadas a *determinadas culturas*. A outorga de qualquer uso de água está sujeito ao cumprimento das seguintes condições conjugadas: satisfação dos requerimentos dos usos outorgados conforme as disposições legais, comprovação de que não se causarão contaminação ou perda dos recursos de água, que as águas sejam apropriadas em qualidade, quantidade e oportunidade "para o uso" a que se destinam, sem serem alterados os usos públicos indicados pela lei e, por fim, aprovação das obras hidráulicas que se mostrem necessárias.

CEAS: Quem e com qual autoridade autorizará, controlará e limitará o conjunto de interesses que subjazem a tais várias autorizações, concessões?

Medrano: É o problema dos fatores e atores, condicionantes e determinantes

dos usos e abusos. Voltemos atenção e olhar à linda foto da CF. Um par de mãos, uma jogando água numa planta *verdiinha*, sobre o fundo de um solo seco, rachado, de sertão – para mim, a melhor expressão do uso-água-fonte-de-vida. Porque a água dá essa vida a uma planta nas “condições concretas de escassez”. E, mais, o que a foto não explicita: a água, pela planta, dá alimento, e mata a sede, e essas mãos, talvez por tudo isso, são de mulher... Diferentes das mãos que destroem vidas, das que abusam. Ou seja, no Brasil, com tanta água, a questão é de *quem e como decide* os usos das águas, questão do planejamento. Dentre os fatores fundamentais destacam os seguintes: a) a existência de um adequado *modelo de desenvolvimento econômico e social*, no qual sejam ultrapassadas as dificuldades decorrentes das contradições entre os interesses individuais ou de grupos e os interesses coletivos, b) o ordenamento do território e do regime de propriedade, da terra e da água, focalizado tanto em forma global como em escalas regionais, c) o ordenamento territorial em função das ligações íntimas da água tanto pelo *elo econômico* como pelo *físico*, e pelas suas relações com outras atividades econômicas e sociais e, tudo isso, (d) sob os critérios racionais de seus múltiplos usos.

Então, o ordenamento desses usos das águas exige ordenamentos *de e nos espaços*, entre as *diversas formas de assentamentos humanos*: elas sustentam a sobrevivência (consumo doméstico), a agricultura do pão de todo mundo e o desenvolvimento industrial (que requer energia que pode ter origem hidroelétrica) e as outras atividades, tais como transporte, pesca, salubridade etc. A política econômica geral adotada para esse modelo de desenvolvimento econômico e social só pode ter o foco dos *interesses da sociedade*: interesses individuais e grupais sob (ou contra?) os *interesses coletivos*. Otimizar essa utilização, centrada na *maximização de humano bem-estar*, é o ideal de *qualidade de vida* preservada e alimentada. Nasce tudo da água como recurso escasso em todo e qualquer moderno meio ambiente.

CEAS: Chegamos, de banda, à política da transposição do São Francisco?

Medrano: Chega-se desde o lado dos usos reais e humanos. Sem os *desvios* (piores do que o do rio São Francisco) das Cisternas, das Cestas Básicas. Evitam-se, assim, desvios provocados por pressões política, social, econômica e psicológica, da opinião chamada pública, de desejos de semear e encampar o poder da administração, de colher dividendos políticos.

CEAS: Tal antiplanejamento não parece próprio dos atuais gerentes públicos?

Medrano: De fato, as prioridades da água-vida-terra-alimentos, com critérios sociais mais do que (e dentro dos) econômicos, parecem hoje precisar do exemplo das antigas civilizações. Os assentamentos atuais a serem organizados exigem ficar próximos a fontes de água e terras para produzir vida; eles nada perderão imitando essa qualidade das terras “prometidas”, das organizações sociais “primitivas”. Admirei isso, perpetuado entre os incas, no

alto dos Andes e na costa. Organização e administração modernas – com a indústria puxada por técnicas até “pós-modernas” – em nada dispensam a aprendizagem na sabedoria artesanal dos povos originários. Os incas, no caso, não eram de barrar fechando os rios: faziam, de partida, barragens móveis, com elementos simples e flexíveis, de contenção e escoamento sucessivos, alternados segundo a vazão, as épocas de enchentes e secas, os ritmos e usos das águas andinas, muito mais escassas que as brasileiras! Logo, em correspondência, não construíram reservatórios senão sistemas de canais, de enormes a médios, a mínimos regos em círculos. Tal *flexibilidade* fazia com que, quando sobranter, as águas filtrassem, alimentassem os lençóis subterrâneos, revitalizassem o ambiente. Adaptaram nossos antepassados tecnologias de preservação, conservação, ciclos de vida.

CEAS: Alguma herança (agri)cultural entre o povo peruano de hoje?

Medrano: Talvez o respeito mútuo, a disciplina, rigidez até, atuais e atuantes, quanto ao uso dos recursos hídricos. Quem não os respeita automaticamente é punido pelas leis comuns e vigentes entre o povo predominantemente indígena no Peru. E por que toco nisto? Porque onde existe excesso de água há problemas. Aqui no Brasil cresce a onda de investir em agricultura irrigada, sem prestar atenção aos riscos: enchente versus seca, impossível drenagem etc. Os Estados Unidos e a Índia, entre outros, pagaram a inadvertência, sofreram até se emendar. O povo peruano, modéstia à parte, veio entendendo, tanto errando como acertando, até o nível crítico de que, depois de muitas décadas operando a Direção Geral de Irrigação, com a qual foram implantadas muitas obras de irrigação de grande e médio porte para ampliar a fronteira agrícola, obras tecnicamente muito bem construídas, não só não ampliou a fronteira agrícola mas encharcou quase toda costa com sua melhor área agrícola já produtiva e com elas, também, as maiores cidades assentadas dentro delas. Fato que culminou com a criação do Plano Nacional de Reabilitação de Terras Costeiras, o qual demandou um período total de quase quinze anos para sua total reabilitação.

Após os Ministérios da Agricultura e Irrigação, o Brasil que vai para o 2020 (e já pergunto isso a técnicos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-Sudene) não terá que criar o Ministério da Reabilitação? Pois parece que isso se percebe com o velho Chico “agonizante”, mas... será que é por falta de água?

CEAS: Será que os projetos do tipo Convivência com a seca, Cisternas etc. não se tornam, dentro do sentido desta sua visão, medidas em grande parte tangenciais? O rio São Francisco, no caso, sob a nova denominação do Projeto de Integração das Bacias, ofereceria algo mais?

Medrano: A lógica da convivência com a seca centra-se na visão constatada de que *“temos muita água mas ela já tem donos”*. Vamos, então, para os subsolos. Hidroelétricas, com CHESF, políticas, entidades, entre outros,

captaram toda a água sob a pseudoprioridade da energia elétrica. Todos sabemos o que essas barragens imensas provocaram no meio ambiente e na erradicação de populações e municípios inteiros. O que aconteceu? Uma visão zarolha: olhou-se a escassez de água no mundo enquanto praticou-se, com as represas, a política *superenergética* na base do fato de que o Brasil é rico em água. E qual é a perspectiva do ser humano *sobre-viver* entre aquela escassez e esta riqueza *já* apropriada por donos? Em princípio, o rio São Francisco teria três milhões de hectares para irrigar. Mas eis que, para a energia já estão “comprometidos” 2.100 m³/s em média, sobrando 700 m³/s, que sequer dão para irrigar a metade do potencial de terra irrigável. Vão os *sertanejos fortes* conviver com a seca, com os restos e sobradinhos d'água: curiosa e paradoxal lógica na relação de prioridades (energética e alimentar), que coloca a questão urgentemente desafiante de redistribuir águas e bacias fluviais.

É importante salientar que é relativamente limitada e inconsistente a informação disponível sobre a água superficial, seja pelos períodos, continuidade e abrangência espacial dos registros fluviais disponíveis (a propósito, um papel muito importante desenvolvido pela Sudene). Pelas mesmas razões, a informação da água subterrânea é muito menos confiável, daí porque sua utilização para a exploração de abastecimento hídrico na escala do Nordeste demanda a superação destas limitações.

CEAS: Quais seriam os principais desafios atuais no sentido da sua previsão para um futuro Ministério da Reabilitação das águas? Por exemplo, no sentido da falada Revitalização do São Francisco?

Medrano: A revitalização de águas é um combate contra fatores de poluição, o mais importante dos quais é hoje, em todo o mundo, o acúmulo de sedimentos. São estes os que deterioram a qualidade da água, degradam o ambiente, manifestando assim o poder destrutivo da erosão de origem hídrica. Tal erosão seria um processo natural de desagregação, desgaste e arranque de matérias presentes nos terrenos e seu transporte e deposição em outros locais, diferentes do local de origem. Contudo, este processo natural se torna histórico e acelerado, intensificado pelas atividades do homem, em particular pela agricultura, pela urbanização, pela construção de vias de comunicação e pela exploração mineira.

CEAS: Isso faz parte também da atenção ao citado conjunto das relações água-solo-vegetais-clima?

Medrano: Sim, do conjunto ao redor do ser humano. Nessa relação múltipla, cada comunidade sente ao vivo uma, várias ou até todas essas dimensões, *realmente vitais, em si ou nos seus efeitos*: os desequilíbrios ecológicos, a degradação nos terrenos agrícolas e seus prejuízos nas culturas, a destruição de terrenos e dos bens neles existentes, a instabilidade dos leitos de rios e canais, com o aumento da frequência das inundações, a limitação de navegação fluvial e a redução da capacidade de armazenamento dos açudes

ou reservatórios.

CEAS: Teríamos aí uma série de indicadores para outras tantas políticas concretas de revitalização do rio, dos reservatórios?

Medrano: E dos seus âmbitos, que são decisivos, por exemplo, para a comunicação-exploração dos portos, desobstrução de canais e sistemas de adução de água ou de redes de esgotos; para a maior eficácia das obras de irrigação; para proteger sistemas de drenagem das vias de comunicação, até mesmo para prevenir avarias de órgãos dos circuitos hidráulicos e de máquinas hidráulicas e, claro, sobretudo para prevenir-se contra a degradação da saúde e da segurança pública – ou seja, pela qualidade de vida.

CEAS: O que podemos e/ou devemos fazer os futuros cidadãos?

Medrano: Tudo isso são passos de uma longa caminhada. Parece-me que voltamos a precisar do líder antigo-testamentário cristão, de juntar-nos todos ou os mais possíveis para encontrar a Terra Prometida, sempre com água. A grande diferença é que antigamente ninguém (nem israelenses, egípcios ou palestinos) sabia o que estava além do Mar Vermelho. Agora, sabemos o pouco ou muito que temos na terra da frente, com a seca e com os excedentes, com água e terra para muitos ou para tão poucos.

ANEXOS

DECLARAÇÃO

Uma Vida Pela Vida

Em nome de Jesus Ressuscitado que vence a morte pela Vida plena, faço saber a todos:

1. De livre e espontânea vontade assumo o propósito de entregar minha vida pela vida do rio São Francisco e de seu povo contra o Projeto de Transposição, a favor do Projeto de Revitalização;
2. Permanecerei em *greve de fome, até a morte*, caso não haja uma reversão da decisão do Projeto de Transposição;
3. A greve de fome só será suspensa mediante documento assinado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, revogando e arquivando o Projeto de Transposição;
4. Caso o documento de revogação, devidamente assinado pelo Exmo. Sr. Presidente, chegue quando já não for mais senhor dos meus atos e

decisões, peço, por caridade, que me prestem socorro, pois não desejo morrer;

5. Caso venha a falecer, gostaria que meus restos mortais descansassem junto ao Bom Jesus dos Navegantes, meu eterno irmão e amigo, a quem, com muito amor, doeí toda minha vida, em Barra, minha querida diocese;

6. Peço, encarecidamente, que haja um profundo respeito por essa decisão e que ela *seja observada até o fim*.

Barra (BA), domingo de Páscoa de 2005.

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM

CARTA AO PRESIDENTE LULA

Senhor Presidente

Paz e Bem!

Quem lhe escreve é dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM, bispo diocesano de Barra, na Bahia. Tive a oportunidade de conhecê-lo por ocasião da passagem do senhor por Bom Jesus da Lapa, na Caravana da Cidadania pelo São Francisco, em 1994. Isto aconteceu pouco tempo depois que fizemos uma Peregrinação pelo Rio São Francisco, da nascente à foz, com objetivo de conscientizar o povo ribeirinho sobre a importância do rio para a vida de todos e a necessidade de preservá-lo. Fui-lhe apresentado por meu professor de teologia, Frei Leonardo Boff.

Sempre fui seu admirador. Participei ativamente em todas as campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT), alimentando o sonho de ver o povo no poder. Desde que o governo Fernando Henrique Cardoso apresentou a proposta de transposição do Rio São Francisco, fomos críticos acirrados deste projeto. Desde então acentuamos a necessidade urgente de revitalização do rio e de ações que garantam o verdadeiro desenvolvimento para as populações pobres do Nordeste: uma política de

convivência com o semi-árido, para todos, próximos e distantes do rio.

Esperávamos do senhor um apoio maior em favor da vida do rio e do seu povo. Esperávamos que, diante de tantos e consistentes questionamentos de ordem política, ambiental, econômica e jurídica, o governo revisse sua disposição de levar a cabo este projeto que carece de verdade e de transparência.

Quando cessa o entendimento e a razão, a loucura fala mais alto. Em meu gesto não existe nenhuma atitude anti-Lula neste momento delicado da vida nacional. Pelo contrário. Quem sabe seja uma maneira extrema de ajudá-lo a entender pelo coração aquilo que a razão não alcança.

Tenha certeza, é um profundo testemunho de amor à vida.

Minha vida está em suas mãos.

Receba minha saudação fraterna e amiga,

Barra (BA), 26 de setembro de 2005.

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM